

## Delineamentos de Pesquisa em Psicologia Clínica: Classificação e Aplicabilidade

Angela Helena Marin<sup>1</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
Porto Alegre, RS, Brasil.*

Márcia Pinheiro Schaefer<sup>2</sup>

<sup>2</sup>*Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
São Leopoldo, RS, Brasil.*

Melina Lima<sup>2</sup>

<sup>2</sup>*Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
São Leopoldo, RS, Brasil.*

Kamêni Lung Rolim<sup>2</sup>

<sup>2</sup>*Universidade do Vale do Rio dos Sinos,  
São Leopoldo, RS, Brasil.*

Débora Cristina Fava<sup>3</sup>

<sup>3</sup>*Elo Psicologia e Desenvolvimento,  
Porto Alegre, RS, Brasil.*

Luan Paris Feijó<sup>4</sup>

<sup>4</sup>*Factum Faculdade e Escola Técnica,  
Porto Alegre, RS, Brasil.*

**Resumo:** Sabe-se que para que uma pesquisa produza dados válidos, é importante que tenha sido bem desenhada metodologicamente. Em que pese a ampla literatura disponível sobre metodologia de pesquisa, há poucos estudos, particularmente em psicologia, que discutem suas especificidades quanto ao método. Esta revisão narrativa apresenta os principais tipos de delineamentos utilizados em pesquisas na área da psicologia clínica, assim como reflexões sobre sua utilidade em diferentes contextos. Também exhibe um fluxograma para classificação dos delineamentos abordados. Destaca-se que não se defende uma taxonomia dos delineamentos, mas busca-se construir um guia para auxiliar no entendimento dos desenhos disponíveis e na escolha dentre eles, com vistas a facilitar a comunicação entre pesquisadores. Portanto, acredita-se que este trabalho contribui para a construção de estudos precisamente conduzidos metodologicamente, bem como para a identificação e o aprimoramento do emprego dos diversos delineamentos na área da psicologia clínica.

**Palavras-chave:** Métodos Científicos, Psicoterapia, Psicologia Clínica.

---

## Outlines of Clinical Psychology Research: Classification and Applicability

**Abstract:** An effective methodological design is crucial for a research to produce valid data. Despite the vast literature on research methodology, studies discussing the methods specificities are still scarce, especially when it comes to psychology. This narrative review introduces the main types of designs used in clinical psychology research, as well as reflections on their usefulness in different contexts, presenting the approaches classification in a flowchart. This study does not seek to defend a taxonomy of the designs, but rather to develop a guide to deepen the understanding about the designs available and drive the choices among them, aiming to facilitate the communication among researchers. This work advances knowledge on the development of methodologically-conducted studies, as well as on the identification and improvement of the use of the various designs in clinical psychology research.

**Keywords:** Scientific Method, Psychotherapy, Clinical Psychology.

---

## Diseños de Investigación en Psicología Clínica: Clasificación y Aplicabilidad

**Resumen:** Se sabe que una investigación con datos válidos depende de un buen diseño metodológico. La literatura disponible sobre metodología de investigación es amplia, pero se encuentran pocos estudios, sobre todo en psicología, que discuten sus especificidades sobre el método. Esta revisión narrativa presenta los principales tipos de diseños utilizados en investigaciones en psicología clínica, así como reflexiones sobre su utilidad en diferentes contextos. También muestra un diagrama de flujo para la clasificación de los diseños abordados. Cabe destacar que no se pretende defender una taxonomía de diseños, sino construir una guía que ayude a entender y elegir aquellos disponibles para facilitar la comunicación entre investigadores. Este trabajo podrá contribuir a la construcción de nuevos estudios realizados con precisión metodológica, así como identificar y perfeccionar el empleo de los diversos diseños en el área de la psicología clínica.

**Palabras clave:** Métodos Científicos, Psicoterapia, Psicología Clínica.

A literatura sobre metodología de pesquisa é ampla e diversa. Não raro encontra-se entendimentos diferentes entre autores sobre uma mesma questão metodológica. Portanto, se faz necessário aprofundar o estudo sobre o método em cada área de conhecimento, contemplando suas especificidades.

Dentre os muitos livros disponíveis sobre metodologia de pesquisa de autores brasileiros ou traduzidos para língua portuguesa, poucos são voltados especificamente para psicologia e a maioria data do início dos anos 2000. Por exemplo, os dois mais recentes são os de autoria de Breakwell, Hammond, Fife-Schaw e Smith (2010), intitulado “Métodos e pesquisa em psicologia”, e de Shaughnessy, Zechmeister e Zechmeister (2012), chamado de “Metodologia de pesquisa em psicologia”. O primeiro enfoca a coleta e tratamento de dados de pesquisa, enquanto no segundo, os autores introduzem ferramentas metodológicas utilizadas por psicólogos, abordando distintos delineamentos e questões éticas, além de estratégias de análise e interpretação de dados. Ainda há outros títulos, como o livro “Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia”, de autoria de Campos (2000), e “Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas”, de Scarparo (2000). Além desses, há aqueles que se debruçam sobre apenas uma abordagem de pesquisa, seja ela qualitativa ou quantitativa, como a obra de Rey (2002), intitulada “Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios”. A ênfase em determinados delineamentos também pode ser observada em diversos artigos publicados em periódicos científicos (Holanda, 2006; Paulon & Romagnoli, 2010; Peres &

Dos Santos, 2005). Por fim, há estudos que se atêm a uma área específica da psicologia, como a psicologia do desenvolvimento (Biaggio, 1988) ou a psicologia social (Lima & Lara Junior, 2014; Pereira, Sindic, & Camino, 2013), encontrados em capítulos de livros.

Considerando a necessidade de ponderar as especificidades metodológicas das pesquisas em psicologia e buscar maior uniformidade em relação aos métodos disponíveis e utilizados na área, com vistas a facilitar a comunicação entre pesquisadores, este estudo apresenta os principais tipos de delineamentos adotados em pesquisas em psicologia clínica, assim como reflexões sobre sua utilidade em diferentes contextos. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa sobre o tema. A psicologia clínica foi escolhida como foco por ser uma das áreas de maior inserção dos profissionais psicólogos, que concentra parte expressiva da produção de conhecimento (Gondim, Bastos, & Peixoto, 2010). A seguir, apresenta-se os delineamentos contemplados, que foram organizados em dois grandes grupos de estudo, de acordo com sua principal fonte de informação: os estudos teóricos e os estudos empíricos. Também foi considerado o período de seguimento. Destaca-se que os exemplos indicados para cada delineamento visam proporcionar maior entendimento sobre ele, mas não esgotam os fenômenos da psicologia aos quais podem ser aplicados.

### Estudos teóricos

Os estudos teóricos se caracterizam pela revisão da literatura sobre um determinado tema e podem ser

classificados como revisão narrativa, sistemática, integrativa ou metanálise (Vosgerau & Romanowski, 2014). Desenvolvidos a partir da consulta a fontes tais como artigos, livros, teses e dissertações, entre outros tipos de publicação, os estudos teóricos costumam propor análises e reflexões com base no material já publicado. Inegavelmente, o exame criterioso da literatura existente é de suma importância para síntese de informações que contribuem para o desenvolvimento da ciência, em especial para legitimar as práticas baseadas em evidências (Bernardo, Nobre, & Jatene, 2004; Mancini & Sampaio, 2006).

A revisão narrativa, crítica ou não-sistemática caracteriza-se por propor a discussão de assuntos sob uma perspectiva teórica ou contextual, apresentando a análise crítica do autor sobre a literatura, ou seja, tem natureza opinativa (Bernardo et al., 2004; Rother, 2007). Em função disso, as fontes de dados são acessadas sem critérios pré-definidos e/ou sistemáticos. A não adoção de um método de acesso às fontes de dados é apontada como uma das principais diferenças entre esse desenho e a revisão sistemática e integrativa de literatura (Vosgerau & Romanowski, 2014), que assumem critérios de acesso e seleção dos dados, viabilizando sua replicação (Bernardo et al., 2004).

A revisão sistemática da literatura enfoca os trabalhos empíricos, especialmente os experimentais, com o objetivo de sumarizar dados coletados por diferentes estudos e em diversas culturas (The Cochrane Collaboration, 2005). Já a revisão integrativa costuma ser caracterizada como mais ampla, por incluir estudos de diferentes delineamentos e abordagens, além de literatura teórica e empírica, o que propicia maior abrangência quanto aos fenômenos em análise (Souza, Silva, & Carvalho, 2010). Esse tipo de revisão, em geral, prioriza temas que tenham aplicação prática.

A metanálise, por sua vez, consiste em um tipo de revisão realizada a partir de um conjunto de diferentes métodos e procedimentos estatísticos para a sumarização de dados de distintas publicações (Breakwell et al., 2010). Ela busca interpretar os resultados da combinação de estudos empíricos e quantificáveis, notadamente os experimentais, contribuindo significativamente com a síntese de pesquisas (Breakwell et al., 2010; Figueiredo Filho, Paranhos, Silva Junior, Rocha, & Alves, 2017). Como produz novos dados, não há consenso sobre sua classificação como uma produção teórica. Por exemplo, para Schmidt e Hunter (2014), ela se caracteriza como uma técnica de

cruzamento de evidências que proporciona a associação rigorosa dos estudos anteriores sobre uma temática específica, permitindo avaliar o efeito global das pesquisas realizadas. Ela também pode ser entendida como um conjunto de medidas estatísticas para analisar resultados empíricos de pesquisa, com o objetivo de produzir sínteses de literatura (Rodrigues & Ziegelmann, 2010).

A síntese e atualização que as metanálises propõem sobre o conhecimento de um determinado tema a classificam entre as mais importantes fontes de evidências de qualidade, juntamente com as revisões sistemáticas, devido ao rigor metodológico que assumem. Um dos estudos pioneiros de metanálise foi conduzido por Smith e Glass (1977) para investigar a efetividade de tratamentos psicoterápicos. As características de diferentes fenômenos psicológicos também têm sido avaliadas em estudos a partir de metanálises, a exemplo daqueles que buscam compreender os transtornos de ansiedade (Bandelow, Michaelis, & Wedekind, 2017) ou os efeitos do divórcio de pais na saúde mental de seus filhos (Auersperg, Vlasak, Ponocny, & Barth, 2019).

## Estudos empíricos

Os estudos empíricos caracterizam-se pela busca de dados ou resultados a partir da observação ou da experiência. Em geral, eles almejam entender como variáveis ou fenômenos psicológicos se manifestam em um determinado momento ou ao longo de um período. Diversos delineamentos de pesquisa podem ser utilizados em estudos empíricos, em consonância com seus objetivos, e podem ser classificados em dois grandes grupos: delineamentos observacionais e delineamentos experimentais. Alguns deles, especialmente aqueles empregados em pesquisas em psicologia clínica, estão apresentados abaixo.

## Delineamentos observacionais

O desenho de pesquisa observacional define-se por sua ênfase na descrição dos fenômenos, sem a realização de qualquer tipo de manipulação de variáveis, o que se caracteriza como sua principal diferença em relação ao desenho experimental (Fronteira, 2013; Holly, 2012). A seguir, serão abordadas especificidades dos estudos exploratórios, descritivos, correlacionais e comparativos, que podem ser representativos ou integrados ao desenho de pesquisa observacional (Breakwell et al., 2010; Holly, 2012).

### ***Estudos exploratórios***

Os estudos exploratórios destinam-se a ampliar o conhecimento acerca de determinado aspecto de uma realidade ainda pouco estudada. A perspectiva mais comumente aceita em relação a esse delineamento abrange a busca pela compreensão dos fenômenos, que possibilita ao pesquisador uma maior familiarização com o tema em questão ou a construção de hipóteses (Marconi & Lakatos, 2003). Salienta-se que tanto os métodos quantitativos como os qualitativos podem compor estudos exploratórios, desde que seus objetivos se enquadrem nos quesitos dessas abordagens. São considerados representantes dos estudos exploratórios o estudo documental (Lemos, Garlindo, Reis Júnior, Moreira, & Borges, 2015; Pimentel, 2001) e o estudo de caso (Alves-Mazzotti, 2006).

Quanto aos estudos documentais, Pimentel (2001) destaca que partem primordialmente, mas não exclusivamente, de documentos que ainda não receberam tratamento analítico, como prontuários, diários, jornais, fotografias, ofícios, documentos cartoriais e epitáfios, dentre outros. Conforme Lemos et al. (2015), eles permitem historicizar e problematizar fenômenos, o que possibilita que se constituam em um material útil para o desenvolvimento de intervenções. Considerando esses aspectos, pode-se afirmar que se trata de um importante método de pesquisa para a psicologia clínica, em especial por permitir a identificação de demandas em um determinado contexto. Como exemplo, cita-se o estudo de Pedrosa e Teixeira (2015), que investigou os desdobramentos da perspectiva biomédica em atendimentos psicológicos, mediante a análise de prontuários de pacientes frequentadores de um serviço interdisciplinar de atenção a transtornos alimentares. Os autores apresentam considerações acerca da caracterização dos pacientes e da evolução de tratamentos e encaminhamentos que podem contribuir para melhor compreensão do fenômeno investigado.

Já o estudo de caso (Yin, 2010) é considerado um delineamento que utiliza diferentes fontes de dados (Alves-Mazzotti, 2006), a fim de compreender fenômenos de forma naturalística e contextual. Em geral, são indicados quando se conhece pouco sobre o assunto pesquisado (Yin, 2010) e podem configurar estudo de caso único ou intrínseco – quando há interesse genuíno em uma unidade de estudo por sua condição ou característica, como, por exemplo, um indivíduo, instituição ou fenômeno –, estudo de

caso instrumental – quando há interesse em várias unidades que facilitam a compreensão do fenômeno – ou, ainda, estudo de caso múltiplo, isto é, estudo conjunto de alguns casos para investigar um fenômeno, visando identificar semelhanças e particularidades (Stake, 2013). Cabe salientar que o que caracteriza um estudo de caso não é o fato de analisar apenas uma (ou mais) unidade, mas a busca por conhecer em profundidade um determinado fenômeno em seu contexto. Nesse sentido, Alves-Mazzotti (2006) apontou que muitos dos estudos publicados que se denominavam como estudos de caso não se caracterizavam como tal por proporem análises e interpretações superficiais e descontextualizadas.

Pode-se afirmar que atualmente o estudo de caso múltiplo tem sido o tipo mais comumente utilizado na área da psicologia clínica (Santos-Silva, Rodrigues, & Roitberg, 2017). Destaca-se que algumas pesquisas, como a de Silva, Silva, Frizzo e Donelli (2018), que avaliou mães que apresentavam depressão com vistas a compreender a manifestação de sintomas psicofuncionais em seus bebês, seguem as premissas propostas por Yin (2010) para realização da integração dos resultados entre casos, por meio do cruzamento entre eles, o que se mostra uma importante estratégia para compreendê-los de forma conjunta. Além dos estudos que se baseiam nas orientações de Yin (2010), também há estudos de casos múltiplos que não seguem uma orientação específica, na medida em que apresentam cada caso individualmente e, posteriormente, fazem uma discussão sobre suas semelhanças e particularidades. Esse é o caso do estudo conduzido por Ferrari, Cherer e Piccinini (2017), que investigou aspectos subjetivos da amamentação e do desmame aos três e oito meses de vida do bebê a partir do relato de três mães primíparas.

### ***Estudos descritivos***

Os estudos descritivos apresentam características dos indivíduos de determinada população (Creswell, 2010) e são oriundos especialmente da área da epidemiologia (Lima-Costa & Barreto, 2003). No âmbito da psicologia clínica, identifica-se que os estudos descritivos têm sido empregados para descrever comportamentos, atitudes e opiniões (Creswell, 2010; Martins et al., 2018), utilizando-se de técnicas qualitativas e/ou quantitativas para análise dos dados, possibilitando levantar demandas para intervenções após o processo de caracterização de populações. Como exemplo, tem-se o estudo de

Krindges e Habigzang (2018), que adotou o delineamento descritivo para conhecer aspectos da regulação emocional, da satisfação sexual e do comportamento sexual de risco por meio de uma entrevista em profundidade com oito mulheres adultas, que em suas infâncias vivenciaram situação de abuso sexual.

Algumas representantes dos estudos descritivos são as *surveys* ou enquetes, que fornecem uma descrição quantitativa de tendências, atitudes ou opiniões. Em geral, utiliza-se questionários ou entrevistas estruturadas para coleta de dados, com a intenção de generalizar os resultados de uma amostra para uma determinada população (Creswell, 2014). Como exemplo, destaca-se a *survey* on-line realizada com 358 estudantes de doutorado vinculados a programas de psicologia clínica certificados pela *American Psychological Association*, que buscou avaliar o autocuidado e constatou que ele estava associado a maior bem-estar pessoal e a melhor percepção de progresso durante a graduação. Além disso, também se observou que o autocuidado podia suavizar os efeitos nocivos do estresse inerentes ao cursar pós-graduação em psicologia (Zahniser, Rupert, & Dorociak, & 2017).

Além de apresentar uma definição quantitativa de determinada população (Creswell, 2010) e utilizar-se da estatística descritiva para análise dos dados, tem sido frequente a aplicação do desenho descritivo em associação com outros métodos. Como exemplo, cita-se o estudo de Colossi, Marasca e Falcke (2015), que usou delineamento descritivo, correlacional e explicativo para examinar o poder preditivo das experiências da família de origem na violência conjugal.

### **Estudos correlacionais**

Os estudos correlacionais buscam explorar relações que possam existir entre duas ou mais variáveis, porém, sem visar mensurar relações de causa-efeito (Campbell & Stanley, 1963). Análises estatísticas são conduzidas e permitem verificar como cada variável considerada se altera em relação às mudanças provocadas em outra variável de interesse. Nesse sentido, para alguns autores, trata-se de uma estratégia estatística, e não de um delineamento propriamente dito (Robson & McCartan, 2016). Um exemplo é o estudo de Lima e Serralta (2017), que buscou investigar a relação entre aliança terapêutica, vinculação parental e sintomatologia em 57 pacientes em psicoterapia psicanalítica, verificando a presença de relações entre as variáveis analisadas.

### **Estudos comparativos**

Assim como os estudos correlacionais, os estudos comparativos também permitem a investigação de relações entre variáveis, mas esta investigação ocorre a partir da comparação das variáveis entre dois ou mais grupos (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013). Portanto, assim como os estudos correlacionais, os estudos comparativos também poderiam não ser classificados como um delineamento propriamente dito, uma vez que sua especificidade corresponde a uma estratégia estatística. Um exemplo é o estudo de Consoli, Bernardes e Marin (2018), que investigou a relação entre o padrão de apego primário e o padrão de apego conjugal em 100 casais heterossexuais, que foram divididos em dois grupos conforme o gênero. A comparação entre os grupos permitiu conhecer como as diferentes variáveis envolvidas se relacionam, o que possibilitou explorar aspectos da conjugalidade.

### **Delineamentos experimentais**

O método experimental é o mais indicado entre os disponíveis para identificar relações causais e promover maior confiabilidade dos resultados (Fontelles, Simões, Farias, & Fontelles, 2009). Na psicologia clínica, pesquisadores utilizam esse método para manipulação de variáveis com a finalidade de testar hipóteses sobre as causas e/ou os efeitos de determinado fenômeno ou avaliar se um tratamento ou intervenção altera determinada condição ou estado emocional/comportamental (Sampaio et al., 2008).

Uma das características fundamentais do estudo experimental é a condição de caso e controle, na qual necessariamente deve haver dois grupos em que uma variável independente é manipulada para se observar o efeito na variável dependente (Flick, 2013). Portanto, deve-se buscar a maior semelhança possível entre os grupos, ou seja, sua equivalência. A forma mais segura de garantir grupos equivalentes é a designação aleatória ou randomização dos participantes, que é necessária para distribuí-los de maneira imparcial e ética nas diferentes condições experimentais.

Outro aspecto importante dos estudos experimentais é a busca por garantir sua validade, que se refere a quão bem seus resultados representam os participantes e indivíduos semelhantes a eles (Shaughnessy et al., 2012). A validade de um estudo se classifica em validade interna, definida como a extensão em que os resultados observados representam a amostra estudada e, portanto, não são devidos a erros metodológicos;

e em validade externa, que se refere à extensão em que os resultados são generalizáveis para a população que a amostra representa (Shaughnessy et al., 2012).

As ameaças à validade interna mais comuns nos estudos experimentais são: a) histórica, quando há interferências de fatos além da intervenção propriamente dita (como quando a intervenção consiste em psicoeducação sobre ansiedade e o participante, antes da avaliação dos resultados, acessou websites sobre o assunto ou iniciou psicoterapia); b) maturação, quando o participante melhora devido a seu desenvolvimento ao longo do período de intervenção (comum em experimentos com crianças muito jovens ao longo de alguns meses); c) testagem, quando o participante desenvolve familiaridade com o instrumento de avaliação empregado, o que possibilita que ele altere suas respostas em função disso; d) instrumentação, quando a alteração no grupo de observadores pode afetar a avaliação antes e depois do experimento; e) regressão à média, quando o participante tem um escore extremamente alto ou baixo em uma primeira avaliação e nas seguintes tem uma avaliação mais próxima da média, pela improbabilidade de se manter os escores extremos; f) desgaste de sujeitos, quando a perda de participantes ao longo do tratamento ou intervenção pode deixar os grupos diferentes, interferindo nos resultados; g) efeitos da seleção, quando os participantes são diferentes entre si no mesmo grupo e entre grupos, o que impõe a necessidade de controle por designação aleatória; e h) efeitos aditivos com seleção, que são bastante ameaçadores, como a conjunção dos efeitos de seleção e maturação, seleção e história e seleção e instrumentação.

Já as ameaças à validade externa dizem respeito à representatividade da amostra, considerando o número de participantes, a forma de seleção e a designação deles nos diferentes grupos, experimental e controle. Além disso, também se referem à possibilidade de aplicar o experimento ou intervenção em um ambiente natural, considerando que há maior dificuldade de que seus resultados sejam transpostos para a realidade quando se exige contextos altamente controlados (Shaughnessy et al., 2012).

O delineamento experimental tem sido o mais indicado para avaliação da eficácia e da efetividade de tratamentos psicoterápicos, importantes na área da psicologia clínica. Entretanto, alguns autores já questionaram essa afirmação, sinalizando que em estudos altamente controlados os pacientes costumam ser

diferentes dos da vida real (Robson & McCartan, 2016; Seligman, 1995), na medida em que participantes de pesquisas experimentais, em geral, são selecionados por meio de critérios de exclusão e inclusão, filtro que não se aplica na prática clínica. Portanto, comorbidades dos pacientes que buscam tratamento podem não estar sendo consideradas. Tal reflexão trouxe à tona a necessidade de desenvolver estudos que focalizem as variações intrassujeitos e as evidências empíricas dos mecanismos de mudança em psicoterapia, que passaram a ser foco dos estudos de processo em psicoterapia (Roth & Parry, 1997).

A seguir são apresentados diferentes delineamentos que compõem o grupo de estudos experimentais. Dentre eles, destacar-se-á os ensaios clínicos randomizados, os delineamentos quase-experimentais e os pré-experimentais, assim como o estudo de caso experimental.

### ***Ensaaios clínicos randomizados***

Os ensaios clínicos randomizados (ECR) são delineamentos considerados padrão-ouro na pesquisa por compreenderem um extenso cuidado metodológico, que atribui aos resultados maiores validades interna e externa (Souza, 2009). Os ECR viabilizam a comparação entre dois ou mais tratamentos ou intervenções distintas, como a comparação da terapia de curto prazo à terapia de longo prazo, ambas baseadas em mentalização para pacientes com transtorno de personalidade *borderline* em contexto ambulatorial (Juul et al., 2019).

A randomização dos participantes em grupos de tratamento e controle é uma condição obrigatória nos ECR (Souza, 2009). Assim, os resultados dos estudos podem ser associados estritamente às psicoterapias avaliadas, como os ECR que indicam os benefícios da terapia cognitivo-comportamental para depressão (Lepping et al., 2017).

### ***Estudos quase-experimentais e pré-experimentais***

Os estudos quase-experimentais são diferentes dos experimentais na medida em que apresentam menores validades interna e externa por não utilizarem randomização na seleção dos participantes. Por exemplo, em projetos com intervenção em que as aplicações são feitas em situações naturais, não é possível atribuir aleatoriamente participantes ou controlar a ordem de aplicação das tarefas para investigação

das variáveis independentes (Montero & León, 2005). Uma das soluções usuais é a realização de pré-testes para demonstrar que os grupos são equivalentes quanto às variáveis de desfecho no estudo. A avaliação de programas já existentes também pode ser efetuada por essa modalidade de estudo, como a pesquisa de Villar e Morão (2018), que encontrou desfechos favoráveis para a autoeficácia de jovens brasileiros inseridos no Programa Jovem Aprendiz.

Caso o estudo adote um desenho de grupo único com pré e pós-teste, ele é considerado um pré-experimento por não possibilitar comparações com um ou mais grupos (Shaughnessy et al., 2012). Para muitos pesquisadores, mesmo que os estudos tenham como objetivo verificar relações causais entre variáveis, os pré-experimentos não podem ser considerados delineamentos experimentais devido a sua fragilidade metodológica decorrente da presença de ameaças a sua validade interna. Contudo, nas pesquisas com seres humanos, frente à dificuldade de acesso às amostras, esse tipo de desenho metodológico ainda é empregado. Exemplo desse delineamento é o estudo que examinou os resultados do Programa de Promoção de Habilidades para a Vida (PRHAVIDA) em crianças com escores clínicos de ansiedade, depressão e estresse, e encontrou uma redução nos índices de depressão na avaliação pós-intervenção (Nardi, Ferreira, & Neufeld, 2017).

### ***Estudo de caso experimental***

O estudo de caso experimental de sujeito único também se apresenta como uma possibilidade no âmbito dos estudos experimentais (Sampaio et al., 2008). Nele, o sujeito exerce seu próprio controle, por meio de medidas repetidas de um dado fenômeno, intercaladas com manipulação da variável de desfecho, ou seja, um mesmo sujeito é submetido a todas as condições do experimento e as observações são realizadas de forma contínua no decorrer do processo (Sampaio et al., 2008).

Como vantagens desse tipo de delineamento, destaca-se que a identificação da linha de base (controle) fornece a possibilidade de avaliação de diferentes variáveis dependentes e a reversão (sucessivas comparações entre condição controle e condição experimental) permite a verificação dos efeitos de distintas intervenções em um caso único. Observa-se que diversos estudos de evidências das terapias analítico-comportamentais são organizados

conforme esse desenho (Meyer & Oshiro, 2019), justamente porque o estudo de caso experimental pode fornecer dados mais conclusivos quanto ao processo-resultado das intervenções.

## **Alguns delineamentos específicos em psicologia clínica**

### **Estudo de caso sistemático**

O estudo de caso sistemático (ECS) surge em resposta às críticas mais comuns aos estudos de caso baseados em relatos clínicos como método de avaliação de processos e resultados de um determinado tratamento. Os questionamentos centram-se na tendenciosidade dos dados, consumada de forma consciente ou inconsciente pelo relator quando informa apenas o que valide sua hipótese de pesquisa ou omita dados importantes do tratamento, como o abandono ou a imperícia do profissional (Serralta, Nunes, & Eizirik, 2011). De forma geral, esse delineamento é utilizado em psicologia clínica e caracterizado como uma extensão dela, especialmente quando se estuda o processo das psicoterapias de diferentes abordagens, pois busca testar e refinar os modelos de tratamento clínico (Edwards, 2007).

No ECS, resguarda-se a abordagem ideográfica dos estudos de caso, mas propõe-se assegurar a validade interna e externa dos dados obtidos. Por isso, são tipicamente utilizadas medidas objetivas repetidas para os dados clínicos, triangulação de métodos, instrumentos e pontos de vista e gravação e/ou transcrição integral das sessões, de forma que se resulta uma análise minuciosa, sequencial e sistematizada do progresso do tratamento observado (Kächele, Schachter, & Thomä, 2007; Serralta, Nunes, & Eizirik, 2011). Exemplos de emprego desse modelo de delineamento encontram-se nos estudos que avaliam o processo e os resultados em psicoterapia cognitiva comportamental (Brandtner & Serralta, 2016) e de orientação psicodinâmica (Benetti, Mattos, Silva, & Bittencourt, 2017).

### **Método clínico-qualitativo**

O método clínico-qualitativo constitui-se como uma proposta metodológica teórica, prática e concreta da união entre as concepções dos métodos qualitativos (compreensivo-interpretativo) e os conhecimentos e atitudes clínico-psicológicas desenvolvidas tanto na psicanálise como na medicina

clínica (Turato, 2013). Ele se define como um método que busca interpretar os significados psicológicos e socioculturais trazidos pelos indivíduos que se ocupam com problemas de saúde (pacientes, familiares, profissionais de saúde e sujeitos da comunidade), sobre os múltiplos fenômenos pertinentes ao campo da equação saúde-doença (Turato, 2000). Considerado um refinamento dos métodos qualitativos e voltado especificamente para uma aplicação no *setting* das vivências com a saúde (hospitais, clínicas de saúde, postos de saúde, dentre outros), sua aplicabilidade compreende participantes que tenham uma vivência de ser ou estar doente, ou que estejam envolvidos com o binômio saúde-doença (profissionais da saúde, gestores), seja em processos clínicos preventivos ou terapêuticos (Turato, 2000).

O método clínico-qualitativo mostra-se particularmente útil quando o objeto de pesquisa aborda fenômenos de estruturação complexa por serem de prerrogativa íntima e/ou de verbalizações emocionalmente difíceis (Turato, 2013). Para tanto, a postura do pesquisador deve estar fundamentada em três pilares: a) o existencialismo, ao valorizar angústias e ansiedades como forças motrizes do pesquisador em busca do conhecimento, que envolve reflexões sobre as angústias humanas; b) a clínica, ao acolher, escutar e olhar para quem é portador da dor; e c) a psicanálise, ao incorporar ao trabalho fenômenos da interação afetiva entrevistador-entrevistado como transferência, contratransferência e inconsciente (Campos & Turato, 2009; Turato, 2013).

Na abordagem clínico-qualitativa, a construção dos resultados deve seguir três passos importantes: a apresentação do fenômeno, a compreensão do significado e a interpretação. O primeiro consiste na construção daquilo que é representado na consciência do sujeito, identificado a partir de suas experiências, das observações e das imaginações; o segundo trata da visão e do entendimento do sujeito sobre o fenômeno; e o terceiro, da compreensão do pesquisador a partir do significado trazido e/ou atribuído pelo sujeito (Turato, 2013). No intuito de eliminar possíveis vieses, ressalta-se a necessidade de validação do tratamento dos dados obtidos e, embora haja muitas formas passíveis de aplicação, é pertinente ao método clínico-qualitativo a triangulação de informações, teorias e achados, bem como o uso de juízes, nas etapas de coleta e análise dos dados (Campos & Turato, 2009). Não se trata, portanto, de restringir

ideias interpretativas, mas de assumir e identificar possíveis vieses a fim de removê-los ou de pelo menos considerá-los na apreciação do material (Campos & Turato, 2009; Turato, 2013).

Ainda que o método clínico-qualitativo preconize o uso de concepções psicanalíticas em sua proposta investigativa, seu emprego não é restrito a psicanalistas ou clínicos de orientação psicanalítica. Entretanto, é fundamental que quem o utilize tenha predisposição a conhecer e aprofundar-se nas concepções básicas da psicanálise e da filosofia que fundamentam essa modalidade de investigação (Turato, 2013). Assim, o que caracteriza esse método também pode ser entendido como uma limitação, na medida em que o restringe a concepções teóricas específicas.

Em uma revisão integrativa sobre estudos que adotaram o método clínico-qualitativo, Bassora e Campos (2010) constataram que, nas ciências humanas, seu uso tem ocorrido predominantemente por psicólogos (30%). Dentre as principais temáticas das pesquisas, encontram-se a área hospitalar (54%); a dependência química, sociedade e comunidade (34% cada uma); a saúde da mulher (6%); e a área social (6%). A pesquisa de Farinasso e Labate (2012), que objetivou compreender a relação entre os significados da vivência do luto em viúvas idosas, da religiosidade e da espiritualidade, é um exemplo da aplicação do método clínico-qualitativo.

## Outros delineamentos

### Estudos de caso-controle

Os estudos de caso-controle investigam a presença ou ausência de determinada patologia ou marcador biológico, assim, são empregados na maioria dos casos de forma retrospectiva, pois a seleção da amostra é realizada a partir da variável de desfecho a ser analisada, como, por exemplo, um grupo de pacientes com alguma psicopatologia ou doença específica (Oliveira, Vellarde, & Sá, 2015). Posteriormente, seleciona-se a amostra sem a variável de desfecho, ou seja, grupo de pessoas sem a psicopatologia ou doença. Para tanto, são conduzidas análises para investigação das possíveis associações e predições entre os grupos (Hulley, Cummings, Browner, Grady, & Newman, 2015). Estudos de caso-controle podem ser importantes para elaboração de tratamentos personalizados de acordo com as variáveis de desfecho investigadas, como o estudo



com grupo de obesos e grupo controle (peso normal), no qual não foram verificadas diferenças entre as características de personalidades dos participantes, mas um maior sofrimento psíquico entre os pacientes obesos (Turcato, Lima, & Serralta, 2017).

Os estudos de caso-controle apresentam vantagens como o acesso rápido a inúmeras informações e a eficiência para desfechos raros, assim como possibilitam o estudo de diversas variáveis preditoras. As limitações do delineamento podem ser controladas com pareamento dos grupos analisados e seleção de dois ou mais grupos controles (Oliveira et al., 2015). Além disso, outros desafios de trabalhar com esse delineamento estão relacionados ao viés amostral decorrente da seleção dos grupos e da dificuldade de aferição em função da recordação dos participantes dos estudos retrospectivos (Gimenes, Fontes, Fukujima, Matas, & Prado, 2005).

### **Séries de casos**

Os estudos de séries de casos se propõem a descrever características e não analisar diferenças entre os casos estudados e pessoas saudáveis, na medida em que seu foco está na especificação de sintomas e na análise de dissociações entre os casos (Hulley et al., 2015). As características e os critérios desse desenho de pesquisa envolvem alguns aspectos como seleção da amostra a partir de uma população clínica (como pacientes afásicos após quadro de Acidente Vascular Cerebral) que apresente certa heterogeneidade na manifestação de sintomas. São estudos que conduzem uma seleção amostral não aleatória, frequentemente devido às características e especificidades de algumas patologias e variáveis investigadas.

As séries de casos foram muito utilizadas nas primeiras descrições de patologias. Apesar de não serem frequentes na pesquisa em psicologia clínica, elas apresentam vantagens na interface com diferentes áreas como neuropsicologia, neurologia e psiquiatria. Como exemplo, tem-se o estudo desenvolvido por Grover et al. (2018) de análise dos efeitos do uso da eletroconvulsoterapia para sintomas de depressão pós-parto.

### **Período de seguimento**

#### **Estudos transversais**

Os estudos transversais, também chamados de seccionais, são reconhecidos por apresentarem

o conhecimento de um fenômeno de forma estática, descrevendo uma dada realidade em um único momento. Os dados são coletados em um exclusivo ponto no tempo e representam um corte ou fotografia das características de determinada população e variáveis em estudo (Breakwell et al., 2010; Hochman, Nahas, Oliveira Filho, & Ferreira, 2005).

Entre os benefícios do uso de delineamentos transversais, figuram os baixos custos, a facilidade da condução e a diminuição de perdas de seguimento/ amostra. Por outro lado, suas limitações estão relacionadas à dificuldade de poder determinar causalidade entre os eventos, como também à complexidade de distribuir igualmente fatores de confusão (Hochman et al., 2005; Sitta, Arakawa, Caldana, & Peres, 2010). Por exemplo, se um pesquisador pretende avaliar o resultado de um tratamento psicoterápico, caso esses participantes estejam fazendo uso de medicamentos para controlar os sintomas, o resultado final da intervenção pode ser afetado. Nesse sentido, a medicação pode ser considerada um fator de confusão no estudo.

A psicologia clínica tem-se utilizado dos segmentos transversais para avaliar a qualidade de vida de pessoas vivendo com doenças específicas (Santos, França Junior, & Lopes, 2007), assim como o perfil sociodemográfico e psicológico de indivíduos (Borsa, Oliveira Pinto, & Salles, 2018) e indicadores de psicopatologias (Hellwig, Munhoz, & Tomasi, 2016).

#### **Estudos longitudinais**

Os estudos longitudinais são aqueles que pretendem apresentar o conhecimento de forma dinâmica. Nesse tipo de desenho, as pesquisas acompanham sujeitos ou grupos por um período de tempo, ao longo do qual se realizam avaliações sistemáticas. Pode, ainda, mensurar o desenvolvimento ou a maturação de aspectos que se alteram com a passagem do tempo, além de acompanhar as mudanças que ocorrem em determinada população em um período específico (Breakwell et al., 2010; Mota, 2010). De forma geral, esse tipo de desenho de pesquisa é utilizado para estudar a incidência de determinadas doenças ou a mudança em determinados fenômenos. Portanto, sua hipótese básica é de que o tempo modifica as variáveis consideradas.

Os estudos longitudinais podem ser definidos como do tipo prospectivo ou retrospectivo, a depender da direção temporal da pesquisa. Na forma prospectiva ou também contemporânea, o estudo constrói-se

no momento presente e aponta para o futuro. Já o estudo retrospectivo é realizado a partir de registros do passado e é seguido adiante, ou seja, do histórico até o presente. Assim, nos desenhos retrospectivos se conhece o efeito e almeja-se a causa, enquanto nos prospectivos já há um fator determinante cujo efeito é buscado (Bordalo, 2006). Destaca-se que outras denominações para os estudos prospectivo e retrospectivo incluem, respectivamente, estudo concorrente e estudo não concorrente. No estudo concorrente, o tempo e o fenômeno a ser avaliado progredem de forma concomitante; já na perspectiva não concorrente, a evolução dos fatores a serem analisados e a sequência temporal do estudo progredem em momentos distintos (Hochman et al., 2005).

Duas discussões são centrais nos estudos longitudinais: uma refere-se ao intervalo entre as coletas ( $T1 - X - T2 - X - T3$ ) e outra, a quantos momentos são necessários para se constituir uma pesquisa de delineamento longitudinal. Sobre o primeiro ponto, em geral, as coletas podem ocorrer com um pequeno intervalo de tempo entre um momento e outro, entretanto, sugere-se que os pesquisadores considerem: a) o tempo de maturação da variável; b) uma justificativa baseada em um modelo teórico e o impacto nas variáveis; ou c) a ausência de literatura sólida para optar por incluir medidas curtas (Abbad & Carlotto, 2016). Quanto ao segundo ponto, referente aos momentos ou ondas de coleta, embora vários pesquisadores tenham produzido estudos com duas ondas de coleta, atualmente, tem-se recomendado adotar três ondas ao longo do tempo, uma vez que considerar somente duas medidas pode provocar limitações relacionadas a causalidade e fatores de confusão e maturação das variáveis (Ployhart & Vanderberg, 2010).

Entre os benefícios desses estudos, cita-se a precisão na explicação dos fenômenos e a capacidade de construção de modelos teóricos. Já entre as limitações, figuram a perda amostral e de dados com o passar do tempo, o alto investimento financeiro e a possibilidade de os eventos serem específicos para um sujeito e não para outro, por exemplo, morte violenta, luto patológico, gravidez, divórcio, entre outros, que poderiam modificar os desfechos avaliados.

Especificamente em psicologia clínica, são empregados os estudos longitudinais para compreender a mudança psicológica no processo de psicoterapia (Feijó & Oliveira, 2016), avaliar a incidência de doenças e o afastamento do trabalho ao longo dos

anos, em grupos como uma classe de trabalhadores (Falavigna & Carlotto, 2013), como também a estabilidade e as mudanças nas práticas de socialização das mães e o desenvolvimento de problemas externalizantes em suas crianças (Alvarenga, Lins, & Paixão, 2016).

## Considerações finais

Conforme apresentado neste trabalho, as pesquisas podem adquirir características distintas de acordo com a fonte de dados de que lançam mão, sua proposta, que deverá estar alinhada ao objetivo que se propõem a responderem, e seu tempo de seguimento. Portanto, a escolha do delineamento a ser aplicado requer que o pesquisador tenha seu objetivo claro e faça o planejamento de todas as etapas de seu estudo, detalhando como ele será conduzido e quais dados serão analisados. Apesar da complexidade do assunto, não se justifica o fato de muitos pesquisadores não identificarem e nomearem o desenho da pesquisa que utilizaram. Ainda mais preocupante são os estudos cujo delineamento indicado na descrição do método não corresponde ao realizado. Tais ocorrências contribuem para que as pesquisas assumam uma expressiva fragilidade, especialmente devido à validade dos dados produzidos. Em função disso, ressalta-se a necessidade de se atentar aos procedimentos metodológicos adotados, os quais são orientados pelo delineamento do estudo.

Considerando o exposto, assim como a premência de buscar maior uniformidade em relação aos métodos disponíveis e utilizados em pesquisas em psicologia, propôs-se no presente estudo apresentar os principais tipos de delineamentos empregados na área da psicologia clínica. Destaca-se que não se defende uma classificação ou taxonomia dos delineamentos, especialmente porque, para isso, cada um dos delineamentos apresentados teria que ser detalhadamente definido de forma excludente, o que não foi realizado uma vez que na área clínica é possível a associação de diferentes desenhos. Portanto, buscou-se construir um guia que possa auxiliar no entendimento e na escolha dos delineamentos de pesquisa e, principalmente, que facilite a comunicação entre pesquisadores, por meio da uniformização do uso dos termos. Trata-se de uma proposta que precisa continuar sendo discutida e aprimorada, frente às muitas divergências encontradas, inclusive na definição dos delineamentos.

Nessa direção, espera-se que o presente artigo seja útil a todos que compartilham do compromisso com a produção de conhecimento em psicologia

fundamentada em estudos bem planejados e conduzidos teórica e metodologicamente. Sugere-se que os pesquisadores, ao utilizarem um dos delineamentos descritos, busquem mais informações consultando os autores referenciados, para aprofundamento do entendimento acerca do método. Ainda, ressalta-se que não se teve a pretensão de abarcar

todos os delineamentos já apresentados na literatura e que é possível, considerando as especificidades de cada estudo, fazer adaptações necessárias, com vistas ao avanço do desenvolvimento de novos métodos. Por fim, no intuito de sintetizar o exposto, apresenta-se na Figura 1 um fluxograma sobre alguns dos delineamentos contemplados nesta revisão.

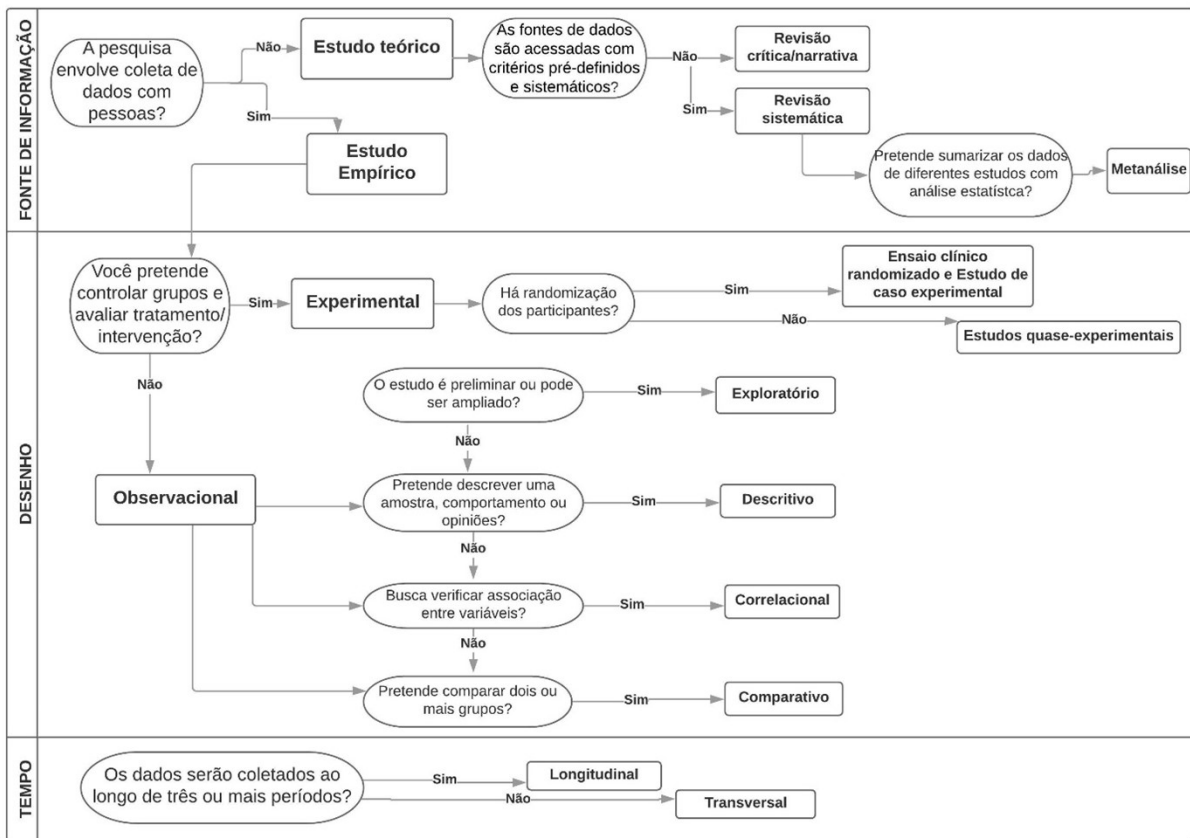


Figura 1  
Fluxograma de classificação dos delineamentos.

Notas: a) Não há consenso sobre como classificar os delineamentos pré-experimentais, estudos de caso-controle, séries de casos, estudo de caso sistemático e método clínico-qualitativo; b) Os diferentes desenhos da pesquisa observacional podem ser integrados.

## Referências

- Abbad, G. S., & Carlotto, M. S. (2016). Analyzing challenges associated with the adoption of longitudinal studies in Work and Organizational Psychology. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 16(4), 340-348. <http://doi.org/10.17652/rpot/2016.4.12585>
- Alvarenga, P., Lins, T., & Paixão, C. (2016). Práticas de socialização maternas e problemas externalizantes de pré-escolares: um estudo longitudinal. *Interação em Psicologia*, 18(3). <https://doi.org/10.5380/psi.v18i3.35453>
- Alves-Mazzotti, A. J. (2006). Uso e abuso dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), 637-651. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742006000300007>
- Auersperg, F., Vlasak, T., Ponocny, I., & Barth, A. (2019). Long-term effects of parental divorce on mental health – A meta-analysis. *Journal of Psychiatric Research*, 119, 107-115. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2019.09.011>

- Bandelow, B., Michaelis, S., & Wedekind, D. (2017). Treatment of anxiety disorders. *Dialogues in Clinical Neuroscience*, 19(2), 93-107. <https://doi.org/10.31887/DCNS.2017.19.2/bbandelow>
- Bassora, J. B., & Campos, C. J. G. (2010). Metodologia clínico-qualitativa na produção científica no campo da saúde e ciências humanas: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 12(4), 753-760. <https://doi.org/10.5216/ree.v12i4.5804>
- Benetti, S. P. C., Mattos, M. C. V., Silva, N. B., & Bittencourt, A. A. (2017). Avaliação de processo em psicoterapia psicanalítica na adolescência. *Psico*, 48(2), 130-139. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2017.2.24820>
- Bernardo, W. M., Nobre, M. R. C., & Jatene, F. B. (2004). A prática clínica baseada em evidências: parte II – buscando as evidências em fontes de informação. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 50(1), 104-108. <https://doi.org/10.1590/S0104-42302004000100045>
- Biaggio, A. M. B. (1988). Metodologia científica aplicada à psicologia do desenvolvimento. In A. M. B. Biaggio, *Psicologia de desenvolvimento* (pp. 41-50). Vozes.
- Bordalo, A. A. (2006). Estudo transversal e/ou longitudinal. *Revista Paraense de Medicina*, 20(4), 5. <https://doi.org/10.5123/s0101-59072006000400001>
- Borsa, J. C., Oliveira Pinto, A. M., & Salles, B. M. C. P. (2018). Perfil sociodemográfico e psicológico dos pacientes do serviço de emergência de um hospital da cidade do Rio de Janeiro. *Contextos Clínicos*, 11(1), 14-25. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.111.02>
- Brandtner, M., & Serralta, F. B. (2016). Terapiacognitivo-comportamental para compras compulsivas: um estudo de caso sistemático. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 181-188. <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012116181188>
- Breakwell, G. M., Hammond, S., Five-Schaw, C., & Smith, J. A. (2010). *Métodos de pesquisa em psicologia*. Artmed.
- Campbell, D. T., & Stanley, J. C. (1963). *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Rand McNally & Company.
- Campos, C. J. G., & Turato, E. R. (2009). Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(2), 93-108. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000200019>
- Campos, L. F. L. (2000). *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. Alínea.
- Colossi, P. M., Marasca, A. R., & Falcke, D. (2015). De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem. *Psico*, 46(4), 493-502. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.20979>
- Consoli, N., Bernardes, J. W., & Marin, A. H. (2018). Laços de afeto: as repercussões do estilo de apego primário e estabelecido entre casais no ajustamento conjugal. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(2), 315-329. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.5409>
- Creswell, J. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Artmed.
- Creswell, J. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Sage Publications.
- Edwards, D. J. A. (2007). Collaborative versus adversarial stances in scientific discourse: implications for the role of systematic case studies in the development of evidence-based practice in psychotherapy. *Pragmatic Case Studies in Psychotherapy*, 3(1), 6-34. <https://doi.org/10.14713/pcsp.v3i1.892>
- Falavigna, A., & Carlotto, M. S. (2013). Tendência temporal de afastamento do trabalho por transtornos mentais e comportamentais em enfermeiros (1998-2008). *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 13(3), 363-371.
- Farinasso, A. L. C., & Labate, R. C. (2012). Luto, religiosidade e espiritualidade: um estudo clínico-qualitativo com viúvas idosas. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 14(3), 588-95.
- Feijó, L. P., & de Oliveira, D. S. (2016). Privações afetivas e relações de vínculo: psicoterapia de uma criança institucionalizada. *Contextos Clínicos*, 9(1), 72-85. <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.91.06>
- Ferrari, A. G., Cherer, E. de Q., & Piccinini, C. A. (2017). Aspectos subjetivos da amamentação e desmame: evidências em três casos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-8. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33411>
- Figueiredo Filho, D. B., Paranhos, R., Silva Júnior, J. A., Rocha, E. C., & Alves, D. P. (2014). O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? *Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205-228. <https://doi.org/10.4322/tp.2014.018>
- Flick, U. (2013). Concepção da pesquisa social. In U. Flick (Ed.), *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes* (pp. 67-84). Penso.
- Fontelles, M. J., Simões, M. G., Farias, S. H., & Fontelles, R. G. S. (2009). Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, 23(3), 1-8.

- Fronteira, I. (2013). Estudos observacionais na era da medicina baseada na evidência: breve revisão sobre a sua relevância, taxonomia e desenhos. *Acta Médica Portuguesa*, 26(2), 161-170.
- Gimenes, R. O., Fontes, S. V., Fukujima, M. M., Matas, S. L. A., & Prado, G. F. (2005). Análise crítica de ensaios clínicos aleatórios sobre fisioterapia aquática para pacientes neurológicos. *Revista neurociências*, 13(1), 5-10. <https://doi.org/10.4181/RNC.2005.13.05>
- Gondim, S. M. G., Bastos, A. V. B., & Peixoto, L. S. A. (2010). Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In A. V. B. Bastos & S. M. G. Gondim (Orgs.), *O trabalho do psicólogo no Brasil* (pp. 174-1999). Artmed.
- Grover, S., Sahoo, S., Chakrabarti, S., Basu, D., Singh, S. M., & Avasthi, A. (2018). ECT in the postpartum period: a retrospective case series from a tertiary health care center in India. *Indian Journal of Psychological Medicine*, 40(6), 562-567. [https://doi.org/10.4103/ijpsym.ijpsym\\_105\\_18](https://doi.org/10.4103/ijpsym.ijpsym_105_18)
- Hellwig, N., Munhoz, T. N., & Tomasi, E. (2016). Sintomas depressivos em idosos: estudo transversal de base populacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(11), 3575-3584. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152111.19552015>
- Hochman, B., Nahas, F. X., Oliveira Filho, R. S. D., & Ferreira, L. M. (2005). Desenhos de pesquisa. *Acta Cirúrgica Brasileira*, 20(supl. 2), 2-9. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502005000800002>
- Holanda, A. (2006). Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Análise Psicológica*, 24(3), 363-372. <https://doi.org/10.14417/ap.176>
- Holly, C. (2012). Systematic review of observational evidence. In C. Holly, S. W. Salmond & M. K. Saimbert (Eds.), *Comprehensive Systematic Review for Advanced Nursing Practice* (pp. 189-208). Springer.
- Hulley, S. B., Cummings, S. R., Browner, W. S., Grady, D. G., & Newman, T. B. (2015). *Delineando a pesquisa clínica* (4a ed.). Artmed.
- Juul, S., Lunn, S., Poulsen, S., Sørensen, P., Salimi, M., Jakobsen, J. C., Bateman, A., & Simonsen, S. (2019). Short-term versus long-term mentalization-based therapy for outpatients with subthreshold or diagnosed borderline personality disorder: a protocol for a randomized clinical trial. *Trials*, 20(1), 196. <https://doi.org/10.1186/s13063-019-3306-7>
- Kächele, H., Schachter, J., & Thomä, H. (2007). Preface. In H. Kächele, J. Schachter, H. Thöma & The Ulm Psychoanalytic Process Research Study Group (Eds.), *From psychoanalytic narrative to empirical single case research: implications for Psychoanalytic Practice* (pp. 7-9). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203891865>
- Krindges, C. A., Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. *Estudos de Psicologia*, 35(3), 321-332. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>
- Lemos, F. C. S., Garlindo, D., Reis Júnior, L. P., Moreira, M. M., & Borges, A. G. (2015). Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 461-469. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i3.27417>
- Lepping, P., Whittington, R., Sambhi, R. S., Lane, S., Poole, R., Leucht, S., Cuijpers, P., McCabe, R., & Waheed, W. (2017). Clinical relevance of findings in trials of CBT for depression. *European Psychiatry*, 45, 207-211. <https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2017.07.003>
- Lima, A. E., & Lara Junior, N. (Orgs.). (2014). *Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica*. Sulina.
- Lima, C. P., & Serralta, F. B. (2017). Aliança terapêutica, vinculação parental e sintomatologia de pacientes adultos que iniciam psicoterapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 17(3), 1181-1199. <https://doi.org/10.12957/epp.2017.37708>
- Lima-Costa, M. F., & Barreto, S. M. (2003). Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 12(4), 189-201. <https://doi.org/10.5123/s1679-49742003000400003>
- Mancini, M. C., & Sampaio, R. F. (2006). Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 10(4), 361-472. <https://doi.org/10.1590/S1413-3552006000400001>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Martins, L. C. A., Silva, E. B., Dilélio, A. S., Costa, M. C., Colomé, I. C. S., & Arboit, J. (2018). Violência de gênero: conhecimento e conduta dos profissionais da estratégia saúde da família. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 39. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0030>

- Meyer, S. B., & Oshiro, C. K. (2019). Linha de pesquisa “delineamento experimental de caso-único em sessões de psicoterapia”: decisões metodológicas. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 10(1), 064-075. <https://doi.org/10.18761/PAC.TAC.2019.014>
- Montero, I., & León, O. G. (2005). Sistema de clasificación del método en los informes de investigación en Psicología. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 5(1), 115-127. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33701007>
- Mota, M. M. P. E. (2010). Metodologia de pesquisa em desenvolvimento humano: velhas questões revisitadas. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 144-149.
- Nardi, P. C., Ferreira, I. M. F., & Neufeld, C. B. (2017). Resultados preliminares do Programa PRHAVIDA em crianças com escores clínicos de ansiedade, depressão e estresse. *Contextos Clínicos*, 10(1), 74-84. <https://doi.org/10.4013/ctc.2017.101.06>
- Oliveira, M. A., Vellarde, G. C., & Sá, R. A. M. (2015). Entendendo a pesquisa clínica IV: estudos de caso controle. *Femina*, 43(4), 175-180.
- Paulon, S. M., & Romagnoli, R. C. (2010). Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(1), 85-102. <https://doi.org/10.12957/epp.2010.9019>
- Pedrosa, L. R., Teixeira, L. C. (2015). A perspectiva biomédica dos transtornos alimentares e seus desdobramentos em atendimentos psicológicos. *Psicologia USP*, 26(2), 221-230. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140035>
- Pereira, C. R., Sindic, D., & Camino, L. (2013). Metodologia da pesquisa em psicologia social. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds.), *Psicologia social: temas e teorias* (2a ed.; pp. 109-186). Tecnopolitik.
- Peres, R. S., & dos Santos, M. A. (2005). Considerações gerais e orientações práticas acerca do emprego de estudos de caso na pesquisa científica em Psicologia. *Interações*, 10(20), 109-126.
- Pimentel, A. (2001). O método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, 114, 179-195. <https://doi.org/10.1590/s0100-15742001000300008>
- Ployhart, R. E., & Vandenberg, R. J. (2010). Longitudinal research: the theory, design, and analysis of change. *Journal of Management*, 36(1), 94-120. <https://doi.org/10.1177/0149206309352110>
- Rey, F. L. G. (2002). *Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios*. Cengage Learning.
- Robson, C. & McCartan, K. (2016). *Real world research* (4a ed.). John Wiley & Sons Ltd.
- Rodrigues, C. L., & Ziegelmann, P. K. (2010). Metanálise: um Guia Prático. *Revista HCPA*, 30(4), 436-47.
- Roth, A. D., & Parry, G. (1997). The implications of psychotherapy research for clinical practice and service development: Lessons and limitations. *Journal of Mental Health*, 6(4), 367-380.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Sampaio, A. A. S., de Azevedo, F. H. B., Cardoso, L. R. D., de Lima, C., Pereira, M. B. R., & Andery, M. A. P. A. (2008). Uma introdução aos delineamentos experimentais de sujeito único. *Interação em Psicologia*, 12(1), 151-164. <http://doi.org/10.5380/psi.v12i1.9537>
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Editora Penso.
- Santos, E. C. M. dos, França Junior, I., & Lopes, F. (2007). Quality of life of people living with HIV/AIDS in São Paulo, Brazil. *Revista de Saúde Pública*, 41(supl. 2), 64-71. <http://doi.org/10.1590/s0034-89102007000900011>
- Santos-Silva C. D., Rodrigues, A. L., & Roitberg, S. E. B. (2017). Estudo de caso de paciente com dermatite atópica: uma leitura biopsicossocial. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(2), 389-400. <http://doi.org/10.15309/17psd180209>
- Scarpato, H. (Org.). (2000). *Psicologia e Pesquisa: Perspectivas metodológicas*. Sulina.
- Schmidt, F. L., & Hunter, J. E. (2014). *Methods of meta-analysis: Correcting error and bias in research findings*. Sage. <https://methods.sagepub.com/book/methods-of-meta-analysis-3e>
- Seligman, M. (1995). The effectiveness of psychotherapy: the consumer report survey. *American Psychologist*, 50(12), 965-974. <http://doi.org/10.1037//0003-066x.50.12.965>
- Serralta, F. B., Nunes, M. L. T., & Eizirik, C. L. (2011). Considerações metodológicas sobre o estudo de caso na pesquisa em psicoterapia. *Estudos de Psicologia*, 28(4), 501-510. <http://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000400010>
- Shaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. S. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. AMGH.


- Silva, H. C., Silva, M. da R., Frizzo, G. B., & Donelli, T. M. S. (2018). Sintomas psicofuncionais e depressão materna: um estudo qualitativo. *Psico-USF*, 23(1), 59-70. <http://doi.org/10.1590/1413-82712018230106>
- Sitta, E. I., Arakawa, A. M., Caldana, M. D. L., & Peres, S. H. C. S. (2010). A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia. *Revista CEFAC*, 12(6), 1059-1066. <http://doi.org/10.1590/s1516-18462010005000086>
- Smith, M. L., & Glass, G. V. (1977). Meta-analysis of psychotherapy outcome studies. *American Psychologist*, 32(9), 752-760. <http://dx.doi.org/10.1037//0003-066x.32.9.752>
- Souza, R. F. (2009). O que é um estudo clínico randomizado? *Medicina (Ribeirão Preto)*, 42(1), 3-8. <http://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v42i1p3-8>
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Stake, R. E. (2013). *Multiple case study analysis*. Guilford press.
- The Cochrane Collaboration. (2005). *Glossary of terms in the Cochrane Collaboration*. <http://aaz.hr/resources/pages/57/7.%20Cochrane%20glossary.pdf>
- Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108.
- Turato, E. R. (2013). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Vozes.
- Turcato, T. D., Lima, C. P., & Serralta, F. B. (2017). Obesidade, características de personalidade e sofrimento psicológico: Um estudo de caso controle. *Quaderns de Psicologia*, 19(1), 59-71. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1388>
- Villar, M. da C. O., & Mourão, L. (2018). Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo Quase-Experimental. *Trends in Psychology*, 26(4), 1999-2014. <https://doi.org/10.9788/tp2018.4-11pt>
- Vosgerau, D. S. R., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, 14(41), 165-189. <http://dx.doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.ds08>
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Bookman.
- Zahniser, E., Rupert, P. A., & Dorociak, K. E. (2017). Self-care in clinical psychology graduate training. *Training and Education in Professional Psychology*, 11(4), 283. <https://doi.org/10.1037/tep0000172>

---

#### Angela Helena Marin

Psicóloga graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria – RS. Brasil. Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil. Especialização em psicologia clínica pelo Instituto da Família de Porto Alegre (Infapa). Mestre e doutora em Psicologia pela UFRGS. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação em psicologia da UFRGS. Atua em psicologia com ênfase em psicologia clínica e do desenvolvimento humano, principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento social na infância e adolescência, família e processos de prevenção e promoção da saúde.


E-mail: [marin.angelah@gmail.com](mailto:marin.angelah@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-8056-8661>

#### Márcia Pinheiro Schaefer

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS. Brasil. Especialização em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica pelo Estudos Integrados de Psicoterapia Psicanalítica (ESIPP), Porto Alegre – RS. Brasil. Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil.


E-mail: [marcialavarda@gmail.com](mailto:marcialavarda@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-4060-5261>

*Melina Lima*

Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil. Especialização em Avaliação Psicológica e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS. Brasil. Doutoranda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil.


E-mail: lima.melina@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-7601-1935>

*Kamêni Iung Rolim*

Psicóloga graduada pela Faculdades Integrada de Taquara (Faccat), Taquara – RS. Brasil. MBA em Comportamento Humano nas Organizações pela Faccat. Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil.


E-mail: kameniungrolim@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0474-8414>

*Débora Cristina Fava*

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre – RS. Brasil. Especialização em Psicoterapia Cognitivo-Comportamental pela WP, Porto Alegre – RS. Brasil. Mestra em Cognição Humana pela PUCRS e doutora em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil.


E-mail: deborafava@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-2172-1136>

*Luan Paris Feijó*

Psicólogo graduado pelo Centro Universitário CESUCA, Cachoeirinha – RS. Brasil. Mestre e doutor em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo – RS. Brasil. Professor e coordenador no curso de graduação em Psicologia e professor no curso de graduação em Enfermagem na Factum Faculdade e Escola Técnica (Factum), Porto Alegre – RS. Brasil. Atua em psicologia com ênfase em psicologia clínica, principalmente nos seguintes temas: Teoria Psicanalítica, Psicoterapia Online, Avaliação Psicológica.

E-mail: lparisf@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-7587-3987>

Endereço para envio de correspondência:

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Rua Ramiro Barcelos, 2600. Sala 221. Bairro Santa Cecília. CEP: 90035-003. Porto Alegre – RS. Brasil.

*Recebido* 22/03/2019

*Aceito* 06/11/2020

*Received* 22/03/2019

*Approved* 06/11/2020

*Recibido* 22/03/2019

*Aceptado* 06/11/2020



*Como citar:* Marin, A. H., Schaefer, M. P., Lima, M., Rolim, K. I., Fava, D. C., & Feijó, L. P. (2021). Delineamentos de Pesquisa em Psicologia Clínica: Classificação e Aplicabilidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-17.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003221647>

*How to cite:* Marin, A. H., Schaefer, M. P., Lima, M., Rolim, K. I., Fava, D. C., & Feijó, L. P. (2021). Outlines of Clinical Psychology Research: Classification and Applicability. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-17.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003221647>

*Cómo citar:* Marin, A. H., Schaefer, M. P., Lima, M., Rolim, K. I., Fava, D. C., & Feijó, L. P. (2021). Diseños de Investigación en Psicología Clínica: Clasificación y Aplicabilidad. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-17.  
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003221647>